

PROCESSO SEI: 0002400-56.2022.6.22.8000 - CONTRATO N. 34/2022/TRE-RO

Espécie: Extrato do Contrato n. 34/2022/TRE-RO, assinado em 02/12/2022 (composto pela parte 1 - CUSD, evento 0948215, e pela parte 2 - CCER, evento 0948216), Contratada: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ n. 05.914.650/0001-66. Objeto: Fornecimento de Energia de Média tensão (Horossazonal) para a sede do TRE/RO, para o seu Anexo II e para o Fórum Eleitoral de Porto Velho. Fundamento Legal: Dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93. Vigência: 60 meses, iniciando-se em 01/01/2023 e terminando em 31/12/2027, não podendo ser prorrogado. Valor Total estimado: R\$ 3.502.334,03. Ato de autorização da despesa: Despacho n. 1315/GABDG, de 25/10/2022. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor IVAN LIMA, e a Senhora KRISTIANY MARTINS BRILHANTE. Processo SEI: 0002400-56.2022.6.22.8000.

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 9912280776/2021/CORREIOS**

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 9912280776/2021/CORREIOS, assinado em 01/12/2022. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ n. 34.028.316/0027-42. Objeto: Prorrogar vigência do Contrato original por mais 12 meses. Vigência: A contar de 14/01/2023 até 13/01/2024. Valor do Termo Aditivo R\$ 30.184,77. Fundamentação: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 c/c cláusula Sétima do contrato referido. Ato de Autorização: DESPACHO Nº 1459/GABDG, de 25/11/2022. Signatários: pelo Contratante, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pela Contratada, os Senhores GUSTAVO PEREIRA FERREIRA e HELEN APARECIDA DE OLIVEIRA CARDOSO. Processo SEI TRE-RO n. 0003029-98.2020.6.22.8000.

RESULTADOS DE JULGAMENTO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022**

PROCESSO Nº 0001462-61.2022.6.22.8000

Após recusas de propostas e inabilitações, o certame restou fracassado.

ANDERCLEDSON REIS

Pregoeiro

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**EDITAIS****EDITAL 4/2022 - SELEÇÃO INTERNA SGP**

EDITAL Nº 4/2022/2022

A Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos do Art. 6º da Instrução Normativa 3/2020, torna público, por meio deste Edital, os critérios e procedimentos de seleção para ocupação das funções comissionadas descritas no Quadro de Funções contido no item 2 deste Edital.

1. Pré-requisitos:

a) Ser servidora ou servidor efetiva ou efetivo do quadro de servidores da Justiça Eleitoral, requisitada ou requisitado, cedida ou cedido, com lotação na Secretaria do TRE-RO.

b) Disponibilidade para atuar presencialmente.

2. Quadro de necessidades:

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 34/2022/TRE-RO, assinado em 02/12/2022 (composto pela parte 1 - CUSD, evento 0948215, e pela parte 2 - CCER, evento 0948216), Contratada: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ n. 05.914.650/0001-66. Objeto: Fornecimento de Energia de Média tensão (Horossazonal) para a sede do TRE/RO, para o seu Anexo II e para o Fórum Eleitoral de Porto Velho. Fundamento Legal: Dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93. Vigência: 60 meses, iniciando-se em 01/01/2023 e terminando em 31/12/2027, não podendo ser prorrogado. Valor Total estimado: R\$ 3.502.334,03. Ato de autorização da despesa: Despacho n. 1315/GABDG, de 25/10/2022. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor IVAN LIMA, e a Senhora KRISTIANY MARTINS BRILHANTE. Processo SEI: 0002400-56.2022.6.22.8000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 9912280776/2021/CORREIOS, assinado em 01/12/2022. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ n. 34.028.316/0027-42. Objeto: Prorrogar vigência do Contrato original por mais 12 meses. Vigência: A contar de 14/01/2023 até 13/01/2024. Valor do Termo Aditivo R\$ 30.184,77. Fundamentação: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 c/c cláusula Sétima do contrato referido. Ato de Autorização: DESPACHO Nº 1459/GABDG, de 25/11/2022. Signatários: pelo Contratante, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pela Contratada, os Senhores GUSTAVO PEREIRA FERREIRA e HELEN APARECIDA DE OLIVEIRA CARDOSO. Processo SEI TRE-RO n. 0003029-98.2020.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 47/2022

Após recusas de propostas e inabilitações, o certame restou fracassado.

ANDERCLEDSON REIS
Pregoeiro

(SIDECE - 02/12/2022) 070024-00001-2022NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 7TA CT26/2017; SEI 0002588-95.2017.6.23.8000; Contratada: Higilimp Serviços Ltda ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. 05.281.484/0001-08; Objeto: Terceirização de mão de obra (16 auxiliares de limpeza. Vigência 31/03/2023. Assinatura: 29/11/2022. Assina pelo TRE/RR: Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello, Presidente do TRE/RR; Pela Contratada: Sr. Genenson Henrique Neves Pereira, Representante legal da contratada.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho 2022NE000452. Procedimento: 0002292-97.2022.6.23.8000. Contratada: J R PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E UTILIDADES LTDA - CNPJ: 01.631.853/0001-94. Objeto: Aquisição de material hidráulico. Valor: R\$ 7.802,90 (sete mil oitocentos e dois reais e noventa centavos). Assina pelo TRE/RR, ANTONIO FERREIRA GOMES, Secretário de Administração substituto do TRE/RR, na data de 29/11/2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PAE n. 42.053/2022. Objeto: Assinatura anual do aplicativo "Professional 500". Contratada: PULSES SERVIÇOS DIGITAIS S/A. CNPJ n. 09.570.403/0001-40. Valor mensal: R\$ 2.065,29. Nota de Empenho: 2022NE001000. Data de emissão: 02/12/2022. Fundamentação Legal: art. 25, caput, da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.40 (Subitem 7). Reconhecimento: Geraldo Luiz Savi Junior - Secretário de Administração e Orçamento, em 29/11/2022. Ratificação: Gonsalo Agostini Ribeiro - Diretor-Geral, em 30/11/2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Ltda. CNPJ da Contratada: 09.284.904/0001-60. Objeto: Termo Aditivo n. 120/2022, referente ao Contrato n. 066/2019, cujo objeto é a prestação de serviços especializados e continuados de copeiragem e limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para os Edifícios Sede, Anexos I e II do TRESC e prédio do TCU (supressão de 1 garçom). Novo valor total mensal: R\$ 169.400,99. Data da assinatura: 30/11/2022. Prgão n. 027/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Sommac Máquinas e Equipamentos Ltda. CNPJ da Contratada: 32.368.236/0001-71. Objeto: Termo Aditivo n. 114/2022, referente ao Contrato n. 071/2021, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de duas empilhadeiras elétricas (registra a renúncia da Contratada ao direito de reajustamento do valor da contratação no período de 08/11/2021 a 07/11/2022). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 29/11/2022. Prgão n. 063/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Paraná Limp Serviços Terceirizados Ltda. CNPJ da Contratada: 06.059.231/0001-57. Objeto: Termo Aditivo n. 113/2022, referente ao Contrato n. 070/2021, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados e continuados nas áreas de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media (acrécimo de um profissional especializado em design gráfico para o período não eleitoral). Novo valor mensal estimado: R\$ 49.845,23 (períodos não eleitorais), a partir de 1º/12/2022. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 30/11/2022. Prgão n. 041/2021.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 88/2022

Objeto: Aquisição de 2 (dois) aparelhos de higienização e de 1 (um) aparelho de sanitização do ar para utilização no acervo museológico do Centro de Memória Des. Adão Bernardes (CMAB) e Reserva Técnica. Data do julgamento: 22/11/2022. A licitação restou frustrada.

FELICIA TAULOS PEREIRA
Pregoeira

(SIDECE - 02/12/2022) 070020-00001-2022NE999999

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 39, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Avaliação dos(as) candidatos(as) às vagas reservadas às pessoas com deficiência
A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo informa que a partir de 05/12/2022, estará disponível, no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) o Edital nº 39/2022 relativo ao Resultado da Avaliação dos(as) candidatos(as) às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

PAULA HELENA BATISTA SILVA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 108/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 0004176-71.2022. , publicada no D.O.U de 14/10/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de impressoras laser ou LED, monocromáticas e impressoras multifuncionais, laser ou LED, monocromáticas, com suprimentos de toner, conforme especificações e quantidades descritas neste termo de referência. Novo Edital: 05/12/2022 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisca Miquelina, 123 Bela Vista - SAO PAULO - SP Entrega das Propostas: a partir de 05/12/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/12/2022, às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORREA
Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

(SIDECE - 02/12/2022) 070018-00001-2022NE000169

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022

Objeto: Aquisição de parafusos e fechaduras.
A Pregoeira do TRE torna público o resultado dalicitação em epígrafe. Sagrou-se vencedora a licitante DIOGO IANZER VIEDO & CIA LTDA para o item 5.

São Paulo, 30 de novembro de 2022.
SIMONE FERREIRA ALVARENGA
Pregoeira

OMAR GAZZAL BANNOUT
p/ Equipe de Apoio

(SIDECE - 02/12/2022) 070018-00001-2022NE000061

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 106/2022

Objeto: Aquisição de materiais para marcenaria.
A Pregoeira do TRE torna público o resultado dalicitação em epígrafe. Sagraram-se vencedoras as licitantes LICITAÇÕES DO BRASIL LTDA para o item 9 e COMERCIAL OLIVEIRA PONTE EIRELI para os itens 11 e 12.

São Paulo, 30 de novembro de 2022.
SIMONE FERREIRA ALVARENGA
Pregoeira
OMAR GAZZAL BANNOUT
Equipe de Apoio

(SIDECE - 02/12/2022) 070018-00001-2022NE000061

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022

Objeto: Contratação de serviços de limpeza e conservação predial.
A Pregoeira do TRE torna público o resultado dalicitação em epígrafe. Sagram-se vencedoras as licitantes SIGMA-SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA para os itens 1 e 3 e NEVADA SERVICOS TERCEIRIZADOS - EIRELI para o item 2.

São Paulo, 30 de novembro de 2022.
SILVANA SALES SCARDINI
Pregoeira do TRE-SP

OMAR GAZZAL BANNOUT
Equipe de Apoio

(SIDECE - 02/12/2022) 070018-00061-2022NE000001

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

COORDENADORIA DE CONTRATOS

SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: SEI 0013598-79.2022.6.26.8000 - Proc. Lic.: PEF n. 35/2022 - TRE/ES - ARP n. 04/2022 - TRE/ES - CONTRATADA: QUALITEK TECNOLOGIA LTDA. - CNPJ: 10.224.281/0001-10 - OBJETO: contratação de licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação. - FUNDAMENTO LEGAL: leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto n.º 3.555/2000 e Decreto nº 10.024/2019 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 329.945,00 - VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura e término 36 (trinta e seis) meses após o início da vigência das licenças - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 02122003320GP0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral", Plano Orçamentário "Segurança da Informação", elemento de despesa 3390.40 - "Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ", conforme Nota de Empenho n.º 1712, de 06 de outubro de 2022- DATA DA ASSINATURA: 28/10/2022 - SIGNATÁRIOS: Claucio Cristiano Abreu Corrêa, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo; Dennis Fernandes de Medeiros, pela contratada.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº PROCESSO: SEI nº 0033457-81.2022.6.26.8000 - PROCEDIMENTO: DLF 49/2022 - LOCADORES: ALPA ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/S LTDA, CNPJ Nº 05.624.311/0001-45 E TEMA PARTICIPAÇÕES LTDA EPP, CNPJ Nº 20.426.670/0001-81- OBJETO: Locação de imóvel situado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 318, São Paulo - SP - FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24, X, da Lei 8.666/93 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.320.000,00 - VIGÊNCIA: O prazo da presente locação é de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de entrega das chaves do imóvel.- CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 02122003320GP.0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral", elemento de despesa 3390.39 - " Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" - DATA DE ASSINATURA: 17/11/2022 - SIGNATÁRIA: Paula Helena Batista Silva, Diretora-Geral Substituta do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; SIGNATÁRIOS: Carlos Alberto Rafael Domingos, pela ALPA ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/S LTDA. e Fernando Ferreira Teixeira, pela TEMA PARTICIPAÇÕES LTDA EPP.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002400-56.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial – SEAP.

ASSUNTO: Minutas - Contratos de adesão - Contratação de pessoa jurídica - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica - Edifício Sede, Fórum Eleitoral e Anexo II em Porto Velho/RO - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 263 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP (0881073), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de **alta tensão** para atender às seguintes unidades desta Justiça Eleitoral: Prédio Sede no município de Porto Velho/RO, formado também pelo Fórum Eleitoral e Anexo II, considerando o esgotamento do prazo máximo de vigência do contrato atualmente em vigor em 31/12/2022.

02. Por meio do **Parecer Jurídico n. 199/2022** (0912388) esta unidade opinou, com fundamento no art. 24, XXII, da Lei n. 8.666/93, pela possibilidade da contratação direta pelo prazo de 60 meses, a partir de 1º/01/2023, da **ENERGISA RONDÔNIA** para o atendimento dessa demanda. Registrou também que, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações, não totalmente compatíveis com o regime de prestação de serviços públicos, **entendia necessário verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual** para sua posterior avaliação, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Assim, sugeriu ainda que quando - e se - juntadas novas minutas dos **contratos de adesão** ao processo para eventuais adequações, poderiam elas serem analisadas pela AJSAOFC, tarefa que não impediria a eventual deliberação sobre a contratação dos serviços pretendidos.

03. Após manifestação de aquiescência do titular da SAOFC (0913928), a contratação foi autorizada nos moldes do referido parecer pela Diretoria-Geral, com a devida ratificação da dispensa de licitatória (0914579). Assim, por determinação do Secretário da SAOFC (0926688) o processo foi enviado à **SECONT** para lavratura dos **contratos definitivos**, após finalização das tratativas com a empresa **ENERGISA RONDÔNIA** e posterior submissão à análise da AJSAOFC.

04. Pelo que se verifica, a SECONT efetivamente sugeriu algumas poucas alterações nas minutas primeiras dos contratos de adesão e as enviou ao setor competente da ENERGISA (0940741), ao que parece atendidas pelo que registrado no e-mail juntado no evento 0940792, resultando assim em

duas novas minutas de contratos de adesão, a saber:

a) CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD - CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/85/2022 - Classificação Cativo , Subgrupo A4 - Classe: Poder Público - **MODALIDADE TARIFÁRIA Horosazonal Verde Média Tensão**, que tem como objeto regular o uso do Sistema de Distribuição pelo CONSUMIDOR e a conexão das instalações elétricas do CONSUMIDOR ao Sistema de Distribuição da DISTRIBUIDORA no Ponto de Conexão, evento 0940794;

b) CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER - CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/86/2022 - Classificação Cativo - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o fornecimento de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente Contrato e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável, evento 0940794.

05. Dessa forma instruído, a SECONT enviou o processo a esta unidade jurídica, oportunidade em que informou, no que relevante, que as minutas iniciais foram ajustadas às regras do projeto básico da contratação e às demais regras adicionais necessárias, após submetidas à apreciação da Energisa, que as revisou, ajustou e retornou as minutas necessárias à regulação da relação comercial pretendida pelas partes (0944713) . **É o necessário relato.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Das minuta do contrato de adesão - Regularidade na inserção de ajustes pela Administração.

06. Embora esta peculiaridade já tenha sido anunciada no anterior **Parecer Jurídico AJSAOFC n. 199/2022**, tem-se como relevante reprimir que a contratação pretendida apresenta alguma particularidade porque a ENERGISA, inicialmente propôs as minutas dos **contratos-padrão para simples adesão** do TRE-RO. Em ambos são estabelecidas regras unilaterais que, de concreto, **afastam as cláusulas exorbitantes** que conferem poderes especiais nas contratações dos entes da Administração Pública. Esse regime jurídico diferenciado tem aplicação até mesmo quando a Administração Pública figura na condição de usuária de serviço público por força da regra contida no art. **62, § 3º, II, L. 8.666/93**. Veja-se:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

...

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

...

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público. (sem destaques no original)

07. O conceito de contrato de adesão é encontrado no **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, adiante reproduzido:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. [\(Redação dada pela nº 11.785, de 2008\)](#)

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (sem destaque no original)

08. Como visto, nesse tipo de contratos, a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente, nos moldes exigidos pela agência reguladora dos respectivos serviços. Contudo, como antes informado pela SECONT, buscou-se, no setor próprio da ENERGISA, a concordância para inclusão de algumas regras adicionais às minutas, que dizem respeito: **a)** ao valor estimado; **b)** vigência e publicação; **c)** proteção de dados - Lei 13.790/2018; e, **d)** procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Como houve aquiescência da distribuidora, vieram ao processo as novas minutas ajustadas em comum acordo pelas partes.

09. Tal procedimento não merece qualquer reparo. Isso porque são regras que derivam de norma legal ou que buscam inserir no contrato elementos e instrumentos essencialmente necessários à sua execução. Ademais, de acordo com o **§ 1º do art. 40 CDC**, esse ato não altera a natureza do instrumento original que continua sendo um "contrato de adesão".

10. Todavia, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações **não compatíveis** com o regime de prestação de serviços públicos, regulados pelo referido contrato de adesão, deve esta unidade jurídica verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual, tarefa que será realizada a partir deste ponto do parecer:

I - CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD - CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/85/2022 - Classificação Cativo , Subgrupo A4 - Classe: Poder Público - **MODALIDADE TARIFÁRIA Horosazonal Verde Média Tensão**, que tem como objeto regular o uso do Sistema de Distribuição pelo CONSUMIDOR e a conexão das instalações elétricas do CONSUMIDOR ao Sistema de Distribuição da DISTRIBUIDORA no Ponto de Conexão, evento 0940794:

Parte I

i. Itens A e B - identificação das partes, classificação do consumidor: adequadas, de acordo com a minuta e preâmbulo.

ii. Itens C a K - características técnicas do uso e conexão do sistema, sob diversos aspectos: Dados técnicos que escapam da análise desta

unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

iii. Item L - obras para o atendimento da unidade consumidora - Porquanto pareça estranho o ajuste fazer referência a tais obras, inclusive indicando um valor bastante considerável, verifica-se que essa obrigação não é imputada à Administração consumidora, havendo ainda um registro, na letra (D) que a execução de obras não se aplica a essa relação;

iv. Item M e N - Referência à Lei 14.133/2021: Tem-se como adequado, posto que as contratações com a participação de entes da Administração Pública, antes regidas pela Lei n. 8.666/93, estão agora disciplinadas por esse diploma legal;

v. Item O e P - Vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027: Adequada, de acordo com o capítulo 6 do projeto básico 9/2022-SEAP (0906655);

vi. Itens Q e R: Requisitos formais adequados.

Parte II

i. Definições: Requisitos formais adequados;

ii. objeto e vigência: adequados, de acordo com o capítulo 6 do projeto básico 9/2022-SEAP;

Destaca-se o seguinte registro:

Parágrafo Segundo. Não havendo manifestação em contrário do CONSUMIDOR com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste Contrato, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por um período de 12 (doze) meses, sendo permitidas sucessivas prorrogações de igual prazo, ou mediante solicitação expressa de CONSUMIDOR submetido à Lei 14.133/21, observando as definições contidas na referida Lei.

Sobre o tema, tem-se a seguinte regra na **Lei n. 14.133/2021:**

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Ocorre que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi autorizada com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93. Por tal razão, orienta-se ao gestor do contrato que observe com rigor a vigência máxima do ajuste pelo período de 5 anos, abstendo-se da renovação automática ou acordada, e promova após o quinquênio nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.

Contudo, não há prejuízo à permanência da regra no contrato de adesão, vez que não inviabiliza sua rescisão a pedido do TRE-RO.

iii. Uso e conexão do sistema de distribuição, mud contratado e período de testes: Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

iv. Operação e manutenção das instalações de conexão: Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

v. Medição: Dados técnicos que escapam da análise desta

unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

vi. Encargos de uso: Além de serem constituídos, em parte, de dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante, esse item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL, no qual está incluído, por exemplo, o regime de tarifação, reajustes e descontos;

vii. Faturamento e pagamento: Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL;

viii. Mora no pagamento e seus efeitos: Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. De notar-se a adoção do IPCA para a atualização monetária, índice também utilizado por este órgão em seus contratos, além dos juros de mora mensais de 1%;

ix. Garantias: Regra decorrente da natureza do contrato de adesão para as situações de inadimplência do consumidor, cláusula que, acredita-se, dificilmente terá lugar na execução deste contrato;

x. Qualidade e continuidade: Este item traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL;

xi. Responsabilidade: Regras para as situações que ensejaram responsabilidades. Porquanto se trate de um contrato de adesão, esta unidade jurídica entende que, **diante de situações concretas eventualmente ocorridas durante a execução do contrato**, sempre será possível discutir a excessiva onerosidade desses dispositivos, tendo-se como suporte o **art. 6º, V, do CDC**;

xii. suspensão do uso e da conexão do sistema de distribuição: Regras derivadas do regime de concessão da distribuidora e também do contrato de adesão. De igual forma, esta unidade jurídica entende que, **diante de situações concretas eventualmente ocorridas durante a execução do contrato**, sempre será possível discutir a excessiva onerosidade desses dispositivos, tendo-se como suporte o **art. 6º, V, do CDC**;

xiii. Encerramento da relação contratual: Adequada. A gestão deverá ater-se à orientação que consta do subitem "ii" acima;

xiv. Confidencialidade: Adequada;

xv. Disposições gerais: Adequada.

Destaca-se:

Cláusula 49ª: Aplicação da legislação aplicável aos casos omissos;

Cláusula 50ª: A Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021, referida no contrato como de sujeição obrigatória pelas partes, diz respeito as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço;

Parágrafo Segundo: Que estabelece que toda e qualquer alteração do contrato somente tem validade se formalizada em termo aditivo assinado pelas PARTES, observando-se o disposto na legislação aplicável;

Ajuste 61^a. A designação do foro local da sede da distribuidora - presumivelmente o foro da Justiça comum do Estado de Rondônia - em contradição ao foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO. Entende-se que, embora a regra conste do contrato de adesão ela será ineficaz a esse propósito, caso haja controvérsias judiciais sobre a relação obrigacional. Isso porque o foro da União decorre de regra constitucional.

No resumo da contratação :

Proteção de dados pessoais - LEI 13.790/2018 - LGPD:
Adequada;

Publicação: adequada.

II - CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER - CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/86/2022 - Classificação Cativo - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o fornecimento de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente Contrato e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável, evento 0940794.

Parte I

i. Itens A e B - identificação das partes, classificação do consumidor: adequadas, de acordo com a minuta e preâmbulo.

ii. Itens C a F - características técnicas do uso e conexão do sistema, sob diversos aspectos: Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

iii. Itens G e H - Referência à Lei 14.133/2021: Tem-se como adequado, posto que as contratações com a participação de entes da Administração Pública, antes regidas pela Lei n. 8.666/93, estão agora disciplinadas por esse diploma legal;

iv. Item I e J - Vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027: Adequada, de acordo com o capítulo 6 do projeto básico 9/2022-SEAP (0906655).

Parte II

i. Definições: Requisitos formais adequados;

ii. objeto e vigência: adequados, de acordo com o capítulo 6 do projeto básico 9/2022-SEAP;

Destaca-se o seguinte registro:

Parágrafo Segundo. Não havendo manifestação em contrário do CONSUMIDOR com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste Contrato, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por um período de 12 (doze) meses, sendo permitidas sucessivas prorrogações de igual prazo, ou mediante solicitação expressa de CONSUMIDOR submetido à Lei 14.133/21,

observando as definições contidas na referida Lei.

Sobre o tema, tem-se a seguinte regra na **Lei n. 14.133/2021**:

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Ocorre que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi autorizada com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93. Por tal razão, orienta-se ao gestor do contrato que observe com rigor a vigência máxima do ajuste pelo período de 5 anos, abstendo-se da renovação automática ou acordada, e promova após o quinquênio nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.

Contudo, não há prejuízo à permanência da regra no contrato de adesão, vez que não inviabiliza sua rescisão a pedido do TRE-RO.

iii. Montante de energia elétrica contratada: Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

iv. Medição e leitura: Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

v. Condições de faturamento e pagamento: Este item traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. São aspectos bastante técnicos, com opções de datas de vencimento, etc. Tais dados, certamente, já foram analisados pela unidade gestora do contrato;

vi. Garantias Regra decorrente da natureza do contrato de adesão para as situações de inadimplência do consumidor, cláusula que, acredita-se, dificilmente terá lugar na execução deste contrato;

vii. Inadimplemento e suspensão do fornecimento de energia: Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. De notar-se a adoção do IPCA para a atualização monetária, índice também utilizado por este órgão em seus contratos, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a ser acrescida sobre o principal e multa de 2% (dois por cento), a ser acrescida sobre o principal;

viii. Encerramento da relação contratual: Adequada. A gestão deverá ater-se à orientação que consta do subitem "ii" acima;

ix. Disposições gerais: Adequada.

Destaca-se:

Cláusula 21ª

Parágrafo Segundo: Que estabelece uma regra de interpretação, em todos os seus aspectos, de acordo com a legislação brasileira e as normas, regulamentações e procedimentos pertinentes à prestação de serviço público de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pela ANEEL e pelo poder concedente;

Parágrafo Terceiro: A Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021, referida no contrato como de sujeição obrigatória pelas partes, diz respeito as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia

elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço.

No resumo da contratação :

Proteção de dados pessoais - LEI 13.790/2018 - LGPD:
Adequada;

Publicação: adequada.

11. Nesses termos, conclui esta Assessoria Jurídica que as minuta do contrato de adesão juntados pela SECONT nos eventos 0940794 e 0940797 encontram-se em conformidade com a legislação de regência, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável e, ainda, com as disposições da Lei n. 14.133/2021.

IV - CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica entende que a análise formal dos termos das novas minutas dos contratos de adesão juntados pela SECONT nos eventos 0940794 e 0940797 revelou que esse instrumento se encontra-se em harmonia com a legislação de regência - não obstante os registros que constam do **item 10 deste parecer**, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

13. Deverá o gestor do contrato observar os registros que constam da análise desta Assessoria Jurídica, **notadamente em relação à vigência do ajuste**, posto que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi autorizada com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93, com vigência máxima pelo período de 5 anos. Assim, deverá abster-se da renovação automática ou acordada por prazo indeterminado e promover, após o quinquênio, nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.

14. Por fim, como regra de transparência nas contratações públicas, embora se trate de um contrato de adesão, deverá ser observada a regular **publicação do extrato do ato na Imprensa Oficial** e nos demais canais de divulgação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 25/11/2022, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0944898** e o código CRC **74F483A5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002400-56.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEAP

ASSUNTO: Fornecimento de energia elétrica de alta tensão" que visa atender o Prédio Sede deste Regional, bem como o anexo II do Fórum Eleitoral.

DESPACHO Nº 3352 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC

Ref.: **REMESSA Nº 50/2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC (0945808).**

À **SECONT**, para lavratura do contrato definitivo, nos moldes das minutas provadas pela AJSAOFC 0940794 e 0940797, bem como adoção dos demais atos pertinentes.

Após,

À **SEAP**, para gestão e acompanhamento.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade**, em 28/11/2022, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0946028** e o código CRC **9C8DE563**.

0002400-56.2022.6.22.8000

0946028v9